

ELON - MONTAGEM II ①

aplicações metodológicas dos argumentos conceituais e teóricos desenvolvidos nos capítulos anteriores, e mostrar que esses argumentos, por mais abstratos que sejam, fazem uma diferença na prática – tanto na prática da pesquisa social e nas maneiras como nós compreendemos a relação entre a prática da pesquisa social, de um lado, quanto nas práticas cotidianas dos indivíduos que constroem esse mundo social, de outro. Ao discutir esses problemas metodológicos, tentarei mostrar o que está implicado na análise das formas simbólicas em geral, e na análise das formas simbólicas mediadas pelos meios de comunicação de massa em particular. Apoiando-me no meu conceito reformulado de ideologia, tentarei mostrar como esse referencial metodológico pode ser empregado para a análise da ideologia. Essas reflexões metodológicas não têm como finalidade colocar ou dispensar a pesquisa empírica – nada poderia estar mais distante de minha intenção. Ao contrário, elas são apresentadas como um estímulo para pesquisa social e como uma contribuição para nossa compreensão do que está implicado no estudo de um campo objetivo que consiste, entre outras coisas, de sujeitos que produzem, recebem e compreendem as formas simbólicas como uma parte rotineira de suas vidas cotidianas.

Seguindo essa estratégia argumentativa, desenvolverei uma série de propostas construtivas a respeito da ideologia, da cultura, dos meios de comunicação, da interpretação e da crítica. Minha esperança é que estas propostas constituam um enfoque coerente e plausível para um conjunto de assuntos, tanto teóricos como metodológicos, que são centrais aos debates correntes na teoria social e política e nas ciências sociais em geral. No restante desta introdução, concentrar-me-ei nessas propostas construtivas. Tentarei tornar explícitas algumas das idéias e pressupostos que definem o enfoque que defendo e que subjazem às minhas críticas do trabalho de outros autores e indicam minha atitude para com eles.

O CONCEITO E A TEORIA DE IDEOLOGIA

Quando empregamos o termo ideologia, quer seja na análise social e política, ou na conversação do dia-a-dia, nós empregamos um conceito que tem uma história longa e complicada. Parte dos motivos de este conceito ser tão ambíguo hoje, de ter tantas acepções e nuances diferentes, deve-se ao fato de este conceito ter percorrido um caminho longo e sinuoso desde que foi introduzido nas línguas européias, há dois séculos atrás: a multiplicidade

dé significados que ele tem hoje é um produto de seu itinerário histórico. Mas há outro fator que exacerba sua ambigüidade. Quando nós usamos o termo ideologia, hoje, ou quando nós o escutamos empregado por outros, não estamos totalmente seguros se ele está sendo usado descritivamente ou prescritivamente, se ele está sendo usado simplesmente para descrever um estado de coisas (p. ex. um sistema de idéias políticas) ou se ele está sendo usado também, e talvez como sentido principal, para avaliar um estado de coisas. Essa ambigüidade é evidente no uso cotidiano do termo. Poucas pessoas, hoje, proclamar-se-iam orgulhosamente "ideólogos", embora muitos não hesitassem em declarar-se conservadores ou socialistas, liberais ou democratas, feministas ou ecologistas. Ideologia é o pensamento do *outro*, o pensamento de alguém diferente de nós. Caracterizar um ponto de vista como ideológico é, tem-se a impressão, já criticá-lo implicitamente, pois o conceito de ideologia parece transmitir um sentido negativo, crítico.

Na literatura da teoria social e política das duas últimas décadas, ou mais ou menos, houve duas respostas comuns à herança ambígua do conceito de ideologia. Uma resposta foi tentar domar o conceito. Isso implicou, geralmente, uma tentativa explícita ou implícita de tirar do conceito seu sentido negativo e de incorporá-lo num conjunto de conceitos descritivos empregados pelas ciências sociais. Isso criou o que hoje se pode chamar de *concepção neutra* da ideologia. De acordo com essa concepção, as ideologias podem ser vistas como "sistemas de pensamento", "sistemas de crenças", ou "sistemas simbólicos", que se referem à ação social ou à prática política. Nenhuma tentativa é feita, dentro dessa concepção, para distinguir entre os tipos de ação ou projetos que a ideologia incentive; a ideologia está presente em qualquer programa político e é uma característica de qualquer movimento político organizado. Armado com essa concepção, o analista pode procurar delinear e descrever os principais sistemas de pensamento ou crença que animam a ação social e política. Essa linha de pesquisa é, pois, exemplificada pela tendência de pensar as ideologias em termos de "ismos" – conservadorismo, comunismo, reaganismo, thatcherismo, stalinismo, marxismo. Esses e outros sistemas de pensamento ou crença – essas "ideologias" – podem ser categorizados e analisados, desmembrados em seus elementos constitutivos e relacionados às suas fontes originais; e tudo isso pode ser feito, argumentaria o analista, sem fazer, ou sem que esteja implicado, nenhum juízo pejorativo com respeito aos sistemas de pensamento ou de crença.

Uma segunda resposta a essa herança ambígua do conceito de ideologia foi a de abandonar o conceito. O conceito seria, simplesmente, muito ambíguo, muito controvertido e contestado, demasiadamente marcado por uma história em que ele foi usado e abusado de diferentes modos, a tal ponto que ele não se presta mais, hoje em dia, para fins de análise social e política. Nos últimos anos, esta resposta ganhou terreno entre alguns dos mais originais e inteligentes pensadores sociais, em parte como resultado da contestação intelectual ao marxismo, com o qual este conceito de ideologia esteve estreitamente ligado. Mas esta resposta, parece-me, é superficial. Em vez de irmos mais a fundo no exame da herança ambígua do conceito, e procurarmos detectar se existe um resíduo digno de ser conservado, esta postura prefere abandonar – ou, mais comumente, recusa-se a iniciar – uma busca. Em vez de perguntar se a tradição ou reflexão associada ao conceito de ideologia levantou uma série de problemas que continuam a merecer nossa atenção, mesmo que ela tenha também obscurecido esses mesmos problemas com pressupostos enganosos e insustentáveis, essa postura prefere abandonar a questão ou, com mais freqüência, pressupõe uma resposta, fugindo do trabalho intelectual implicado na tentativa de determiná-la.

A posição que desenvolvo aqui difere dessas duas respostas comuns à herança ambígua do conceito de ideologia. Diferentemente da segunda resposta, sustento que o conceito de ideologia permanece uma noção útil e importante no vocabulário intelectual da análise social e política. Mas, diferentemente da primeira resposta, argumento que o conceito não pode ser tão facilmente despojado de seu sentido negativo, crítico – ou, mais precisamente, argumento que, na tentativa de despojá-lo de seu sentido negativo, as pessoas menosprezaram um conjunto de problemas em relação aos quais esse conceito, em algumas de suas versões, procurou chamar nossa atenção. É esse conjunto de problemas que tento discutir em minha reformulação do conceito de ideologia. Sendo que não tento eliminar seu sentido negativo mas, ao contrário, tomá-lo como um índice dos problemas aos quais o conceito se refere, como um aspecto que deve ser retido e desenvolvido criativamente, essa reformulação pode ser vista como uma *concepção crítica da ideologia*. Ela mantém a conotação negativa que foi trazida pelo conceito através da maior parte de sua história e liga a análise da ideologia à questão da crítica.

Na reformulação do conceito de ideologia procuro reenfocar esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-re-

lações entre sentido (significado) e poder. Argumentarei que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é *sentido a serviço do poder*. Conseqüentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas lingüísticas cotidianas até às imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ele requer que perguntemos se – e, se este for o caso, como – o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos, para estabelecer e sustentar relações de dominação. A distintividade do estudo da ideologia está na última questão: ele exige que perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas. Desafiamos a estudar as formas simbólicas *sob certa luz*: à luz das relações sociais estruturadas, cujo emprego e articulação podem ajudar, em circunstâncias específicas, a criar, alimentar, apoiar e reproduzir.

Se reformulamos o conceito de ideologia desta maneira, trazemos a análise da ideologia para um campo de problemas conceituais e metodológicos que possuem uma finalidade e uma significância mais gerais. A análise da ideologia pode ser vista como uma parte integrante de um interesse mais geral ligado às características da ação e da interação, às formas de poder e de dominação, à natureza da estrutura social, à reprodução e à mudança social, às qualidades das formas simbólicas e a seus papéis na vida social. Este interesse mais amplo dá ânimo aos argumentos e propostas que desenvolvo no decorrer deste livro. Alguns dos problemas mais amplos são discutidos no capítulo 3, onde examino algumas das características das formas simbólicas e discuto sua relação com os contextos sociais que são estruturados de várias maneiras. Outros assuntos ou problemas de caráter metodológico geral são discutidos no capítulo 6, onde examino o que está implicado em estudar campo objetivo que é, ao mesmo tempo, um campo subjetivo, em que as pessoas produzem, recebem e compreendem formas simbólicas que são significativas tanto para eles como para o analista que procura interpretá-las. Pela reformulação do conceito de ideologia, em termos de inter-relações entre sentido e poder, nós somos convidados a procurar

– e é-nos exigido que o façamos – esses problemas mais amplos. Não posso garantir que, neste livro, tenha discutido esses problemas mais amplos em todos os detalhes e com todo o rigor que eles exigem. Quando muito, indiquei um caminho que, creio eu, pode ser coerente e plausivelmente seguido.

A reformulação do conceito de ideologia proposta aqui nos possibilita evitar um sem-número de tendências que prejudicam a maioria da literatura teórica recente. Em primeiro lugar, ela nos possibilita evitar a tendência, acenada anteriormente, de ver a ideologia como um “cimento social” que conseguiria estabilizar as sociedades, unindo conjuntamente seus membros e propiciando-lhes valores e normas coletivamente compartilhados. Esse pressuposto é generalizado na literatura contemporânea, mas ele está baseado em pressupostos que são duvidosos e, provavelmente, insustentáveis. Há pouca evidência que garanta que certos valores e crenças sejam compartilhados por todos (ou, mesmo, pela maioria) os membros das sociedades industriais modernas. Ainda mais, há pouco fundamento para se supor que a estabilidade das sociedades industriais complexas exige e está baseada sobre um consenso no que se refere a valores e normas particulares. Sendo nossas sociedades ordenações sociais “estáveis”, essa estabilidade pode ser o resultado de uma diversidade de valores e crenças, uma proliferação de divisões entre indivíduos e grupos, ou uma falta de consenso naquele ponto específico onde atitudes opostas devem ser traduzidas em ações políticas. Ao acentuar esse ponto, não quero sugerir que não haja espaço para a análise dos valores e normas. Quero, porém, tomar o conceito de ideologia separadamente da procura por valores coletivamente compartilhados, redirecionando-os para o estudo das maneiras complexas como o sentido é mobilizado para a manutenção de relações de dominação.

A reformulação proposta nos possibilita também evitar a tendência, prevalente na literatura, de pensar a ideologia como uma característica ou atributo de certas formas simbólicas ou sistemas simbólicos *como tais* (conservadorismo, comunismo, etc.). Do enfoque que desenvolvo aqui, segue-se que as formas simbólicas, ou sistemas simbólicos, não são ideológicos em si mesmos; se eles são ideológicos, e o quanto são ideológicos, depende das maneiras como eles são usados e entendidos em contextos sociais específicos. Ao estudar a ideologia, não estamos simplesmente interessados em categorizar e analisar um sistema de pensamento ou crença, nem em analisar uma forma ou sistema

simbólico tomado em si mesmo. Ao contrário, estamos interessados em alguns dos que podem ser chamados de *usos sociais das formas simbólicas*. Estamos interessados em se, em que medida e como (se for o caso) as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas. Este enfoque pode levar-nos a olhar uma forma simbólica ou um sistema como ideológico num contexto e como radical, subversivo, contestador noutra. Pode levar-nos a ver o discurso sobre direitos humanos, por exemplo, como apoiando o status quo num contexto e como subversivo noutra. A análise das formas simbólicas como ideológicas nos pede que as analisemos em relação aos contextos sócio-históricos específicos nos quais elas são empregadas e persistem.

Ainda mais, a reformulação proposta do conceito nos possibilita evitar a tendência de pensar a ideologia apenas, ou mesmo primariamente, em relação a formas de poder que estão institucionalizadas no estado moderno. As instituições do estado moderno e as numerosas outras organizações (partidos políticos, grupos de pressão, etc.), que nas sociedades modernas ocupam o território comumente chamado de política, são territórios extremamente importantes de poder e dominação. Mas elas não são os únicos territórios, nem mesmo necessariamente os mais importantes, para a maioria das pessoas na maior parte do tempo. Para a maioria das pessoas, as relações de poder e dominação que as atingem mais diretamente são as caracterizadas pelos contextos sociais dentro dos quais elas vivem suas vidas cotidianas: a casa, o local de trabalho, a sala de aula, os companheiros. Esses são contextos em que os indivíduos gastam a maior parte de seu tempo, agindo e interagindo, falando e escutando, buscando seus objetivos e seguindo os objetivos dos outros. Esses contextos estão organizados de maneiras complexas. Eles implicam desigualdades e assimetrias de poder e recursos, algumas das quais podem estar ligadas a desigualdades e a simetrias mais amplas, que passam de um contexto a outro e que se referem às relações entre homens e mulheres, entre negros e brancos, entre aqueles que têm riqueza e propriedade e aqueles sem riqueza e propriedade. Ao estudar a ideologia, estamos interessados tanto nos contextos da vida cotidiana como naquele conjunto específico de instituições que compreende a esfera da política, no sentido estrito. É evidente que isso não quer dizer que a esfera da política, no seu sentido mais estrito, seja irrelevante, nem significa que devemos focar exclusivamente os mínimos detalhes da vida

cotidiana, ignorando características e pressões estruturais mais amplas. Significa apenas que não devemos esquecer as maneiras como as formas simbólicas são empregadas e articuladas e as maneiras como elas se entrecruzam com relações de poder nos contextos sociais estruturados em que muitos de nós vivemos a maior parte do nosso tempo.

Se reformulamos o conceito de ideologia em termos da interação entre sentido e poder, podemos também evitar a tendência, comum tanto na literatura teórica, como também no uso cotidiano, de pensar a ideologia como uma pura *ilusão*, como uma imagem invertida e distorcida do que é "real". Essa visão tem sua inspiração numa passagem famosa e freqüentemente citada em que Marx e Engels comparam a operação da ideologia com o trabalho de uma *câmara escura*, que reflete o mundo através de uma imagem invertida. Mas essa visão – atraente em sua simplicidade, alarmante em sua autoconfiança teórica – pode enganar-nos. Ela nos leva a pensar a ideologia como um conjunto de imagens ou idéias que refletem inadequadamente a realidade social que existe antes e independentemente dessas imagens e idéias. Na verdade, o mundo social raramente é tão simples como esta visão pode sugerir. Como pessoas, nós estamos imersos em conjuntos de relações sociais e estamos constantemente envolvidos em comentá-las, em representá-las a nós mesmos e aos outros, em verbalizá-las, em recriá-las e em transformá-las através de ações, símbolos e palavras. As formas simbólicas através das quais nós nos expressamos e entendemos os outros não constituem um outro mundo, etéreo, que se coloca em oposição ao que é real: ao contrário, elas são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades é "real". Concentrando o estudo da ideologia no terreno das formas simbólicas contextualizadas, para as maneiras como as formas simbólicas são usadas para estabelecer e sustentar relações de poder, estamos estudando um aspecto da vida social que é tão real como qualquer outro. Pois a vida social é, até certo ponto, um campo de contestação em que a luta se trava tanto através de palavras e símbolos como pelo uso da força física. Ideologia, no sentido que eu proponho e discuto aqui, é uma parte integrante dessa luta; é uma característica criativa e constitutiva da vida social que é sustentada e reproduzida, contestada e transformada, através de ações e interações, as quais incluem a troca contínua de formas simbólicas.

Até aqui foi discutido o conceito de ideologia e as vantagens e desvantagens das diversas maneiras de responder à herança

ambígua desse conceito. Contudo, muitos dos autores que empregam esse conceito, hoje, estão interessados primeiramente em problemas substantivos de reprodução social e de mudança social. Em seus escritos o conceito de ideologia desempenha um papel específico, dentro de um referencial ou um argumento teóricos mais amplos. Esses autores podem empregar o conceito de uma maneira mais frouxa, mais ampla e imprecisa, e podem ser legitimamente criticados devido a essa imprecisão. Mas, se queremos compreender e avaliar o uso que eles fazem desse conceito, devemos reconstruir e avaliar o referencial teórico mais amplo dentro do qual ele desempenha seu papel. Essa é a tarefa que eu enfrento no capítulo 2. Aqui, meu interesse não é tanto pela trajetória histórica do conceito e as propostas para sua reformulação hoje, mas, ao contrário, pela série de referenciais e argumentos teóricos apresentados por um grande número de autores contemporâneos e dentro dos quais o conceito de ideologia desempenha um papel central. Discutirei, por exemplo, o trabalho de Aron, de Bell e Gouldner, de Althusser e Poulantzas, de Horkheimer, Adorno e de Habermas. Ao trazer a discussão para esse nível teórico mais geral, nós podemos ter uma visão mais clara das maneiras como os teóricos sociais e políticos contemporâneos usaram o conceito de ideologia – o que eles tentaram realçar através desse conceito e o que eles tentaram explicar com ele. Podemos também fazer uma idéia do que esses teóricos negligenciaram ou não conseguiram levar adequadamente em consideração.

O argumento-chave que desenvolverei a esse respeito é que os teóricos contemporâneos que empregam o conceito de ideologia não conseguiram tratar adequadamente a natureza e o desenvolvimento da comunicação de massa e seu papel como mediação ideológica nas sociedades modernas. Em alguns casos, isso se deve ao fato de o conceito de ideologia ser parte de uma grande narrativa teórica, referente às transformações culturais associadas ao surgimento das sociedades industriais modernas. De acordo com essa grande narrativa, o desenvolvimento das sociedades industriais modernas foi acompanhado, na esfera da cultura, pela secularização progressiva das crenças e práticas e pela racionalização progressiva da vida social. À medida em que a religião e a magia perdiam sua força sobre os indivíduos atingidos pela atividade incansável da industrialização capitalista, o terreno era preparado para o surgimento de um novo tipo de sistema de crenças: para o surgimento de sistemas de crenças seculares que pudessem mobilizar as pessoas independentemente de valores

ou seres de outro mundo. São esses sistemas secularizados de crenças que alguns teóricos contemporâneos descrevem como ideologias. Do seu ponto de vista, o desenvolvimento do capitalismo industrial propiciou o surgimento de uma "era de ideologias", que foi inaugurada pela Revolução Francesa e que culminou com os movimentos revolucionários radicais dos inícios do século XX. A grande narrativa da transformação confere, pois, um papel específico ao conceito de ideologia (entendido como uma concepção neutra no sentido explicado acima). O conceito de ideologia é usado para descrever os sistemas de crenças que – conforme essa perspectiva teórica afirma – preencheu o vácuo cultural criado com o declínio da religião e da magia e que trouxe às pessoas novas formas de consciência, novos referenciais de sentido, num mundo que sofrera uma mudança social rápida e sem precedentes.

! A grande narrativa da transformação cultural está profundamente implicada no discurso da teoria social e política. Ela serviu como um construto teórico geral, muitas vezes implícito, através do qual muitos autores viram e analisaram o desenvolvimento das sociedades modernas. Penso que essa perspectiva teórica contém algumas intuições que são importantes para a compreensão das condições em que as sociedades modernas emergiram a partir da Europa medieval e dos inícios da era moderna. Mas essa grande narrativa é também enganadora, sob certos aspectos fundamentais. Um desses aspectos é o seguinte: os teóricos dessa grande narrativa, argumento eu, identificaram mal a grande transformação cultural associada com o desenvolvimento das sociedades modernas. Preocupados com o suposto processo de secularização e racionalização, esses teóricos tenderam a negligenciar um processo de muito maior significado que estava acontecendo diante de seus olhos: isto é, a proliferação rápida de instituições e meios de comunicação de massa e o crescimento de redes de transmissão através das quais formas simbólicas mercantilizadas se tornaram acessíveis a um grupo cada vez maior de receptores. Esse é o processo que descrevo como a "mediação" da cultura moderna. Esse processo constitui, no meu ponto de vista, uma das transformações-chave associadas com o surgimento das sociedades modernas. A compreensão desse processo é fundamental para se entender o mundo de hoje, um mundo que é sempre mais atravessado por redes institucionalizadas de comunicação e em que as experiências das pessoas está cada vez mais mediada por sistemas técnicos de produção e transmissão simbólica. A compreensão desse processo trará também um re-

ferencial teórico alternativo em que um conceito reformulado de ideologia pode desempenhar um papel específico.

A MIDAÇÃO DA CULTURA MODERNA

Ao procurar compreender o processo que descrevo como a mediação da cultura moderna, começo com o conceito de cultura. A que estamos nos referindo quando falamos em "cultura", ou naquela esfera da vida social que foi, e continua a ser, transformada pelo desenvolvimento da comunicação de massa? E como podemos nós compreender o desenvolvimento da comunicação de massa como um desenvolvimento na esfera da cultura, como uma transformação cultural? O conceito de cultura tem uma história própria, longa e complicada, uma história que provavelmente tem produzido tantas variantes e tanta ambigüidade como a história do conceito de ideologia. Penso, contudo, que o conceito de cultura continua a ser uma noção importante e valiosa e que, convenientemente reformulada, define um campo fundamental de análise social. No capítulo 3, enfrento a tarefa de esclarecer e reformular o conceito de cultura. Seguindo o trabalho de antropólogos como Geertz, argumento que o conceito de cultura pode ser adequadamente usado para se referir, de uma maneira geral, ao caráter simbólico da vida social, aos padrões de significado incorporados às formas simbólicas compartilhadas na interação social. Mas essa ênfase no caráter simbólico da vida social deve ser complementada por uma ênfase no fato – nem sempre evidente nos escritos de Geertz – de que as formas simbólicas estão inseridas em contextos sociais estruturados que envolvem relações de poder, formas de conflito, desigualdades em termos de distribuição de recursos e assim por diante. Essa dupla ênfase define o que eu chamo de "concepção estrutural" da cultura. Fenômenos culturais, dentro dessa visão, podem ser vistos como *formas simbólicas em contextos estruturados*; e a análise cultural pode ser vista como um estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas.

Tomar as formas simbólicas como fenômenos contextualizados vê-las como geralmente produzidas e recebidas por pessoas situadas em contextos sócio-históricos específicos e providas de recursos e capacidades de vários tipos. As formas simbólicas podem possuir traços de suas condições sociais de produção – do mesmo modo como, por exemplo, uma fala pode estar marcada pelo acento, pelo dialeto e pelo tom de uma determinada classe